

Relato da reunião do Conselho de Administração e Desenvolvimento – CADE, realizada em 20 de maio de 2009

Antes do início da reunião, eu, o João Carlos e o Prof. Mário Sérgio, Diretor do Campus de Assis, conversamos com a Emília, Coordenadora da CRH, solicitando informações sobre o item de pauta que tratava da regularização do pagamento da GR, para os servidores que serão admitidos como Assessor Administrativo.

Nosso questionamento foi o porquê de não retroagir o pagamento da GR a dezembro de 2008 para todos os servidores que ocupavam o cargo até aquela data. A Emília informou-nos que há uma decisão do CADE, de 2005, que autorizava a substituição das secretárias nos departamentos de ensino, e outras áreas, por servidores administrativos (Ex.: oficiais, assistentes, etc), não permitindo, todavia, que servidores técnicos e outros ocupassem o cargo para que não se desse o desvio de função. Então, por exemplo, não poderiam ocupar o cargo: técnicos de laboratório, servidores das áreas de informática e serviços, dentre outros.

Com a transformação das funções para cargos de assessoria na Reitoria, Diretorias, Diretorias de área, Coordenadorias e outros locais, como cargos de confiança, pode-se fazer a contratação de servidores de qualquer função, a partir da aprovação das funções no CADE. A retroatividade do pagamento da gratificação para somente os oficiais e assistentes, e não para servidores de funções não administrativas que também ocupavam o cargo, visa preservar a decisão anterior do CADE, para que não se caracterize o desvio de função.

Agora, como ocupante de função de confiança, não haverá problema no pagamento da GR para esses servidores, a partir de sua contratação na nova função. Não há, portanto, condições de retroagir o pagamento de GR para aqueles que, desempenhando a função de secretária(o), eram originalmente de carreira não-administrativa.

À reunião estavam presentes todos os representantes técnicos-administrativos, titulares ou suplentes: Ademir, Elisete, Figueiredo, João Carlos, Wagner e eu.

Iniciando a reunião do Colegiado, o Prof. Ricardo solicitou a inversão da pauta, para possibilitar a apresentação do Prof. Trajano, Assessor-Chefe da Assessoria de Planejamento e Orçamento - APLO. Este, informou-nos, inicialmente, que a execução financeira estará disponível no site da APLO nos próximos dias. Diversos questionamentos foram feitos ao Prof. Trajano. O Prof. Herculano Dias Bastos sugeriu-lhe uma exposição baseada na análise da APLO sobre os números, deixando para as reuniões da Comissão de Orçamento as discussões mais esmiuçadas, com posterior apresentação ao CADE, dado que não trouxe para o colegiado planilhas explicativas minuciosas da execução orçamentária. O Prof. Trajano, após questionamento do João Carlos, informou que a reserva financeira da Unesp está em torno de R\$ 300 milhões, sendo que 150 milhões já estão comprometidos. O Ademir questionou sobre qual a destinação dos R\$ 150 milhões já comprometidos. Como o Prof. Trajano não tinha dados para essa informação, ficou de apresentá-los na próxima reunião do CADE.

Com relação ao Unesp Saúde, como Superintendente do plano, o Prof. Trajano fez um pequeno histórico, lembrando a constituição de uma comissão pelo CADE que apresentou uma proposta à Unesp, efetivada em dezembro de 2008. Informou-nos que o Unesp Saúde tem, hoje, mais de 14 mil vidas inscritas, sendo que o potencial da Unesp é de aproximadamente 30 mil vidas. Disse que está em negociação com a Unimed sobre algumas facilidades e serviços para os usuários.

O Prof. Herculano questionou qual é a projeção de destinação de recursos para o Unesp Saúde no próximo exercício, dada a informação fornecida de que o valor arrecadado com as mensalidades vêm apresentando superávit. O Prof. Trajano disse que a análise do plano de saúde se dará após seis meses do início, só após esse período poderá dizer se o superávit é mesmo real.

O Prof. Rogério perguntou por que não se diminui o valor das mensalidades, se o valor arrecadado com as mesmas está sendo maior que o valor pago na fatura mensal da Unimed. O

Prof. Trajano respondeu que a Unesp tem outras despesas com o plano que vão além da fatura com a Unimed.

Nas comunicações da mesa, o Prof. Ricardo informou que apenas duas unidades não aderiram ao cartão-combustível institucional, para as frotas locais. Em breve todas as unidades estarão utilizando.

Informou, também, que em 12 de maio participou do Workshop que lançou o acordo de cooperação entre Sabesp e Fapesp. Pediu a divulgação nas Unidades, pois foram disponibilizados R\$ 50 milhões em recursos disponíveis para projetos em diversas linhas de pesquisa. Para tanto, deve-se acessar o site da Fapesp e buscar o acordo de cooperação com a Sabesp, ou sobre Saneamento.

Falou sobre a criação de 16 Seções Técnicas de Saúde nas Unidades, adequando as UNAMOS.

Informou, ainda, sobre o início dos trabalhos do grupo de estudos para verificação das distorções no Plano de Carreira. Disse que somente as distorções serão analisadas. Os pleitos de grupos específicos de servidores terão resposta direta aos interessados.

Finalmente, informou sobre sua participação no Encontro de Contabilidade, em Avaré.

Na comunicação dos membros, o João Carlos questionou a mesa se o grupo de estudos sobre a carreira irá analisar todas as questões enviadas e, ainda, como se dará a mobilidade funcional para autárquicos e celetistas. O Prof. Ricardo disse que o grupo analisará todas as solicitações protocoladas. Disse que está aguardando resposta da AJ sobre proposta encaminhada pela PRAD tratando da mobilidade funcional. Passando a palavra para a Emília, a mesma informou que os concursos serão separados para celetistas e autárquicos. Para as funções que comportarem encarecimento haverá concurso interno, para as outras ocorrerá concurso público celetista.

O Prof. Luis Antonio de Andrade (Tato) falou sobre solicitação feita à CEAFA de proposta de estrutura e gratificações para as Unidades Experimentais. Disse que a CEAFA fez um estudo e visitas a algumas unidades. No entanto, será necessário um tempo maior para apresentar uma proposta ao colegiado. Sobre a apresentação do Prof. Trajano, quanto ao reajuste de 6,05% para o mês de junho, contestou a argumentação do mesmo, dizendo que os dados não se sustentam, pois o comprometimento com a folha, disse, está ficando bem abaixo de 85%. Falou que a Universidade tem margem para um reajuste maior. Argumentou que os números de contratações previstos não têm sido efetivados e isto tem grande impacto no orçamento.

O Prof. Alcides Padilha manifestou seu descontentamento com a falta de agilidade no processo de contratação de professores em substituição. Disse que o tempo de tramitação de documentos para contratação de professores substitutos é muito grande, está muito burocratizado. Solicitou gestões para agilizar esse processo. O Prof. Herculano, presidente da CCD, deu esclarecimentos quanto ao trâmite dos processos de contratação. Sugeriu que se proponha aos colegiados que se abrevie algumas etapas do processo.

O Ademir pediu registro formal em ata de solicitação de aumento do valor facial e do teto do vale-alimentação. Solicitou estudo da PRAD sobre o quantitativo de servidores que receberiam o vale caso fosse feita a readequação dos valores, e qual o valor dispendido atualmente pela reitoria com o pagamento do benefício. O Prof. Ricardo informou que trará para a próxima reunião os dados atuais. Disse que não pode fazer estimativas sem base concreta. Sugeriu, quando da discussão da pauta específica, que se solicite ao Magnífico Reitor um estudo e discussão do pleito junto ao CADE.

O Prof. Marcelo Fossey sugeriu, em complemento ao que foi falado pelo Ademir, que o valor base para pagamento do vale-alimentação seja calculado sobre o salário-base e não sobre o salário bruto. Com relação ao índice de reajuste proposto pelo CRUESP, manifestou sua surpresa e discordância. Esperava que o CRUESP apresentasse um índice que contemplasse, ao menos, a inflação do período, corrigida.

Na discussão da pauta do Colegiado foi feita aprovação em bloco, sem prejuízo dos destaques, que foram: itens 01, 05 e 07.

Na discussão do item 01, o João Carlos propôs a retirada do teto por família, lembrando, ainda, que os portadores de necessidades especiais, pela proposta feita, deixariam de receber esse auxílio. Após ampla discussão, foi proposta a retirada de pauta para estudos da Comissão dos CCI's, visando readequar o texto para contemplar os portadores de necessidade especiais. O João Carlos encaminhará sugestões para estudo da Comissão dos CCI's.

Na discussão do item 05, o João Carlos lembrou que o CEDEM estava de fora do texto proposto. A Emília interveio dizendo que, realmente, havia uma falha na não inclusão do CEDEM. Foi aprovada a proposta com a inclusão do CEDEM.

Na discussão do item 07 foram prestados esclarecimentos pelo Prof. Tato, presidente da CEAFA. Não havendo discussão, o item foi aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião.

Neste relato exponho as minhas observações sobre a citada reunião, e as anotações por mim feitas sobre os assuntos e as intervenções dos conselheiros que julgo relevantes. É certo que outros conselheiros podem ter opiniões diversas das minhas e feito outras anotações e as exponha de forma diferente. A pauta da reunião está disponível em www.unesp.br

Paulo Sérgio Ramão

Representante Técnico-Administrativo (suplente) no CADE